

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO



Políticas Públicas em Ação no Setor Turístico

Turismo Sustentável e Inclusivo nas Políticas Públicas

Introdução

O turismo é uma das atividades econômicas mais relevantes do século XXI, com grande potencial de geração de renda, emprego e valorização cultural. No entanto, esse potencial só é plenamente alcançado quando o turismo é planejado e executado com base em princípios de **sustentabilidade** e **inclusão social**. Tais princípios devem orientar as **políticas públicas de turismo**, assegurando que os benefícios da atividade alcancem toda a sociedade e respeitem os limites ecológicos, culturais e sociais dos territórios.

Turismo sustentável e turismo inclusivo não são conceitos dissociados. Ambos fazem parte de uma abordagem ética e estratégica que busca garantir o direito de todos à participação no desenvolvimento turístico — como turistas, trabalhadores, empreendedores ou moradores — sem comprometer os recursos e as oportunidades das gerações futuras.

Princípios da Sustentabilidade no Turismo

O **turismo sustentável** é aquele que atende às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs, protegendo e aprimorando as oportunidades para o futuro. A definição, amplamente adotada, foi formulada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e sintetiza três dimensões fundamentais da sustentabilidade:

1. **Sustentabilidade ambiental:** preservação dos ecossistemas, uso racional dos recursos naturais, minimização de impactos ambientais e valorização da biodiversidade.
2. **Sustentabilidade sociocultural:** respeito às culturas locais, valorização das identidades regionais, incentivo ao protagonismo comunitário e combate à descaracterização cultural.
3. **Sustentabilidade econômica:** geração de emprego e renda, estímulo ao empreendedorismo local, promoção de cadeias produtivas curtas e distribuição equitativa dos benefícios.

A aplicação desses princípios em políticas públicas exige planejamento integrado, participação social, indicadores de monitoramento e regulação de práticas turísticas predatórias. Os governos devem incentivar práticas como o ecoturismo, o turismo de base comunitária, o turismo rural e o turismo responsável, por meio de diretrizes, programas de incentivo e legislação específica.

No Brasil, o **Plano Nacional de Turismo 2023–2027** incorpora o turismo sustentável como eixo transversal, propondo ações que integram preservação ambiental, fortalecimento das economias locais e valorização do patrimônio cultural. Isso está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 8, 11, 12 e 15.

Políticas de Turismo Acessível e Inclusão Social

O **turismo inclusivo** ou **acessível** visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sociais, econômicas ou cognitivas, possam usufruir das experiências turísticas com autonomia, segurança e dignidade. Trata-se de um direito social vinculado ao princípio da igualdade e à universalização do acesso ao lazer e à cultura.

No Brasil, diversas políticas públicas foram implementadas para tornar o turismo mais acessível. Destaca-se o programa **Turismo Acessível**, lançado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O programa visa promover a adaptação de equipamentos turísticos, a capacitação de profissionais e a disseminação de informações sobre acessibilidade em atrativos, meios de hospedagem e transportes.

Além disso, a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)** estabelece obrigações legais para que empreendimentos turísticos assegurem condições de acessibilidade em seus espaços e serviços. A acessibilidade, nesse contexto, não se restringe a rampas e elevadores, mas abrange comunicação, sinalização, atendimento personalizado e respeito à diversidade humana.

A inclusão social no turismo também diz respeito à participação de grupos tradicionalmente marginalizados — como comunidades indígenas, quilombolas, pessoas em situação de pobreza e jovens periféricos — como **protagonistas da atividade turística**. Políticas públicas podem fomentar empreendimentos de economia solidária, cooperativas de turismo comunitário, formação profissional e linhas de crédito específicas para esses grupos.

A promoção da inclusão exige que as políticas públicas sejam sensíveis às desigualdades históricas, reconheçam a pluralidade de sujeitos e busquem mecanismos de democratização do acesso às oportunidades geradas pelo turismo.

Estudos de Caso: Programas Sustentáveis e Inclusivos

a) Turismo de Base Comunitária em Uakari Lodge (AM)

O **Uakari Lodge**, localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Amazonas), é um exemplo de turismo sustentável e inclusivo, gerido em parceria entre comunidades ribeirinhas e o Instituto Mamirauá. A iniciativa promove a conservação ambiental, gera renda para as famílias locais e oferece experiências imersivas a visitantes. Toda a renda é revertida para as comunidades e para a manutenção da reserva, respeitando a capacidade de carga e os saberes locais.

O projeto é citado por organismos nacionais e internacionais como referência de turismo de base comunitária, comprovando que é possível integrar conservação e inclusão com rentabilidade e qualidade de serviço.

b) Programa Turismo Acessível (MTur)

O **Programa Turismo Acessível**, do Ministério do Turismo, tem promovido ações como:

- Desenvolvimento do Guia de Turismo Acessível;
- Apoio técnico a municípios na adaptação de equipamentos turísticos;
- Divulgação de roteiros acessíveis e boas práticas de inclusão.

Essas ações buscam sensibilizar o trade turístico e os gestores públicos para a importância de um turismo que atenda todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

c) Roteiros do Brasil – Regionalização com Inclusão

O **Programa de Regionalização do Turismo (PRT)** também tem incentivado a criação de **roteiros integrados e inclusivos**, valorizando a diversidade dos territórios e a participação das comunidades locais. Regiões como Chapada dos Veadeiros (GO), Vale do Ribeira (SP) e Jalapão (TO) apresentam experiências em que grupos locais participam da construção dos roteiros, ofertam hospedagem domiciliar, conduzem trilhas e comercializam artesanato.

Tais práticas promovem a inclusão econômica de pequenos produtores, a descentralização dos fluxos turísticos e o fortalecimento das identidades culturais regionais.

Considerações Finais

O turismo sustentável e inclusivo é condição essencial para que a atividade contribua de fato para o desenvolvimento justo e equilibrado dos territórios. Para isso, as **políticas públicas devem incorporar os princípios da sustentabilidade e da equidade**, promovendo a preservação dos recursos, o respeito às comunidades locais e a ampliação do acesso ao turismo.

Experiências bem-sucedidas demonstram que é possível conciliar rentabilidade com responsabilidade social e ambiental. No entanto, para que essas práticas se tornem regra e não exceção, é necessário fortalecer os marcos legais, ampliar os mecanismos de financiamento, investir na formação profissional e garantir a participação ativa da sociedade nos processos de decisão.

Somente assim será possível construir um turismo verdadeiramente democrático: feito por todos, para todos, e com respeito ao planeta e às pessoas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2023–2027.** Brasília: MTur, 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Turismo Acessível.** Disponível em: www.turismo.gov.br.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.** Madrid: OMT, 2017.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável: impactos, planejamento e possibilidades.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- LAGE, Beatriz Helena; MILONE, Paulo. **Planejamento Turístico: teoria e prática.** Campinas: Papirus, 2001.

Turismo Cultural, de Natureza e Comunitário

Introdução

O turismo, enquanto fenômeno social, econômico e cultural, é um dos meios mais significativos de valorização de territórios, saberes e práticas identitárias. Em sua vertente mais transformadora, ele pode ir além do consumo de atrações e da movimentação econômica, atuando como vetor de reconhecimento, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, os segmentos **cultural, de natureza e comunitário** destacam-se por promover experiências imersivas, respeitosas e integradas ao cotidiano das populações locais e ao meio ambiente.

As **políticas públicas de turismo** voltadas a esses segmentos devem orientar-se por princípios de salvaguarda do patrimônio material e imaterial, fomento à criatividade local, conservação ambiental e fortalecimento da autonomia das comunidades envolvidas. A seguir, exploram-se os fundamentos desses tipos de turismo, suas interações com o patrimônio e cultura, bem como os instrumentos de incentivo adotados no Brasil.

Valorização do Patrimônio Cultural e Natural

O **turismo cultural** é aquele que tem como motivação principal o interesse por manifestações culturais tangíveis e intangíveis de um determinado território: arquitetura, arte, festas populares, saberes tradicionais, religiosidade, gastronomia, entre outros.

Já o **turismo de natureza** refere-se a atividades realizadas em espaços naturais, com ou sem intervenção humana, que visam à apreciação do meio ambiente e podem incluir práticas como trilhas, observação de fauna e flora, banhos em rios e cachoeiras, e visita a parques e reservas.

Ambos os segmentos compartilham uma forte ligação com o conceito de **patrimônio** — seja ele **cultural**, como sítios arqueológicos e centros históricos; ou **natural**, como cavernas, florestas e formações geológicas. A valorização e preservação desses patrimônios são condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do turismo.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, garante a proteção do patrimônio cultural brasileiro e reconhece as diversas expressões das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Complementarmente, a Lei nº 3.924/1961 protege o patrimônio arqueológico, enquanto o Decreto nº 25/1937 trata da proteção de bens tombados.

O turismo, quando bem orientado, atua como **instrumento de valorização e preservação**, promovendo o reconhecimento social desses bens e fomentando o orgulho comunitário. No entanto, se mal planejado, pode resultar em degradação, gentrificação e descaracterização dos espaços culturais e naturais, o que reforça a necessidade de políticas públicas adequadas.

Incentivos a Roteiros Comunitários e Criativos

O **turismo de base comunitária** (TBC) é uma forma de turismo gerida diretamente pelas comunidades locais, especialmente em contextos rurais, tradicionais ou periféricos. Nesse modelo, os moradores são protagonistas no planejamento, execução e distribuição dos benefícios, oferecendo hospedagem, alimentação, trilhas interpretativas, oficinas culturais, entre outras experiências.

Já o **turismo criativo** destaca-se por proporcionar ao visitante uma participação ativa em atividades culturais e artísticas, como aprender técnicas artesanais, cozinhar pratos típicos, ou participar de celebrações locais. Ambos os modelos valorizam o conhecimento local e promovem o intercâmbio cultural entre anfitriões e visitantes.

As políticas públicas têm papel central no fomento a esses roteiros por meio de:

- Capacitação e formação de moradores para atuar no turismo;
- Apoio à legalização de empreendimentos familiares e coletivos;
- Criação de linhas de crédito e subsídios específicos;
- Promoção institucional de roteiros integrados e diferenciados;
- Inclusão desses roteiros em plataformas oficiais de divulgação, como sites governamentais e materiais turísticos.

Programas como o **Roteiros do Brasil**, do Ministério do Turismo, e as iniciativas apoiadas pelo **SEBRAE** e por organizações não-governamentais têm fortalecido esses segmentos, promovendo inclusão social e geração de renda em territórios historicamente excluídos dos fluxos turísticos convencionais.

Políticas de Salvaguarda e Promoção Cultural

A **salvaguarda do patrimônio cultural** é definida pela Convenção da UNESCO de 2003 como um conjunto de medidas destinadas a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo sua identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão e revitalização.

No Brasil, o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** é o órgão responsável pela identificação e registro de bens culturais imateriais, como o samba de roda, o ofício das baianas do acarajé ou o modo de fazer queijo artesanal. A articulação entre IPHAN, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo e governos locais permite que políticas de salvaguarda sejam acompanhadas por estratégias de uso turístico responsável.

A promoção cultural no turismo se realiza também por meio de:

- Criação de **roteiros temáticos** voltados a tradições específicas, como o turismo afro-brasileiro ou indígena;
- Realização de **festivals e eventos** que valorizam culturas locais;
- Apoio a museus, centros de memória e casas de cultura;
- Incentivo a **coletivos e redes culturais comunitárias**;
- Adoção de **selo de qualidade ou certificação cultural** para produtos turísticos com base territorial e cultural.

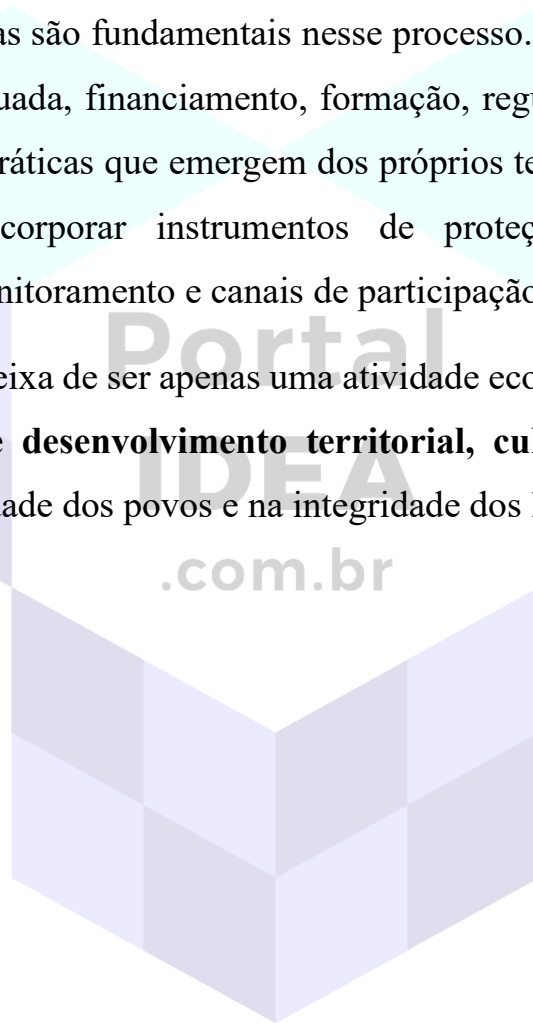
O desafio das políticas públicas está em garantir que o turismo cultural e comunitário **não se transforme em exploração ou folclorização** das populações envolvidas, mas sim em mecanismo de fortalecimento da autonomia, da identidade e da sustentabilidade local.

Considerações Finais

O turismo cultural, de natureza e comunitário oferece caminhos para uma nova forma de se relacionar com os territórios: mais respeitosa, participativa e sustentável. Essas modalidades têm o poder de **fortalecer a economia local, preservar o meio ambiente, salvaguardar culturas ameaçadas e promover o empoderamento de comunidades tradicionais.**

As políticas públicas são fundamentais nesse processo. Elas devem garantir infraestrutura adequada, financiamento, formação, regulação e visibilidade para os roteiros e práticas que emergem dos próprios territórios. Ao mesmo tempo, devem incorporar instrumentos de proteção do patrimônio, mecanismos de monitoramento e canais de participação social efetivos.

Assim, o turismo deixa de ser apenas uma atividade econômica e passa a ser uma **estratégia de desenvolvimento territorial, cultural e ambiental**, enraizada na dignidade dos povos e na integridade dos lugares.



Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2023–2027**. Brasília: MTur, 2023.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2019.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável: impactos, planejamento e possibilidades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- LAGE, Beatriz Helena; MILONE, Paulo. **Planejamento Turístico: teoria e prática**. Campinas: Papirus, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo e Cultura: parceria para o desenvolvimento sustentável**. Madrid: OMT, 2018.

Desafios e Perspectivas para o Futuro do Turismo

Introdução

O turismo é uma das atividades mais dinâmicas e afetadas pelas transformações contemporâneas. As **mudanças sociais**, os avanços **tecnológicos**, as **alterações ambientais** e os eventos globais, como a pandemia de COVID-19, têm redefinido comportamentos, mercados, destinos e políticas públicas. Nesse cenário, o setor turístico enfrenta desafios complexos, mas também oportunidades de renovação profunda. O futuro do turismo dependerá da **capacidade de adaptação, inovação e governança estratégica** das instituições públicas e privadas envolvidas.

A construção de políticas públicas eficazes exige não apenas resposta a crises, mas também planejamento orientado por inteligência de dados, inclusão social, sustentabilidade e criatividade. A seguir, serão abordados os principais desafios e perspectivas que moldarão o turismo nos próximos anos.

Impactos das Mudanças Sociais, Tecnológicas e Ambientais

Mudanças Sociais

As transformações no perfil dos consumidores têm impacto direto sobre o turismo. As novas gerações — especialmente os **millennials** e a **geração Z** — valorizam experiências personalizadas, autenticidade cultural, sustentabilidade e uso intensivo de tecnologias digitais. Ao mesmo tempo, a **longevidade populacional** e o envelhecimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento impõem novos formatos de oferta voltados ao público idoso, como acessibilidade, bem-estar e turismo de saúde.

Além disso, a crescente valorização da diversidade e dos direitos humanos impõe às empresas e gestores turísticos a responsabilidade de criar produtos mais **inclusivos**, que respeitem diferentes identidades culturais, de gênero, étnico-raciais e religiosas.

Avanços Tecnológicos

A tecnologia é um dos vetores mais acelerados de mudança no setor turístico. O uso de **inteligência artificial, big data, realidade aumentada, chatbots, sistemas de recomendação e plataformas digitais** está transformando a forma como destinos são promovidos, experiências são personalizadas e políticas são monitoradas.

O viajante digital espera respostas rápidas, informações confiáveis e autonomia para planejar sua viagem. Por isso, a transformação digital deve ser incorporada não apenas ao setor privado, mas também à gestão pública do turismo, com o uso de **plataformas inteligentes de gestão turística**, sistemas integrados de dados e aplicativos que facilitem a mobilidade, a reserva e a avaliação dos serviços.

Questões Ambientais

O turismo enfrenta o desafio de equilibrar crescimento com sustentabilidade. As mudanças climáticas, o aumento da pegada ecológica das viagens e os impactos sobre ecossistemas sensíveis colocam em xeque os modelos tradicionais de turismo de massa. Estações turísticas inteiras estão sendo afetadas por secas, incêndios, enchentes e aumento do nível do mar.

Destinos turísticos devem adotar medidas de **resiliência ambiental**, como gestão de resíduos, uso eficiente da água e energia, controle da capacidade de carga turística, compensação de carbono e estímulo à mobilidade sustentável. As políticas públicas precisam incorporar avaliações de impacto ambiental em todas as fases do planejamento turístico.

O Papel da Inovação e da Inteligência Turística

A **inovação** é um elemento estratégico para transformar o turismo em um setor mais resiliente, sustentável e centrado nas pessoas. Ela pode se manifestar em diferentes dimensões:

- **Inovação de produto:** criação de novos roteiros, experiências personalizadas, turismo criativo e temático;
- **Inovação de processos:** automatização de reservas, autoatendimento, check-in remoto, uso de blockchain para segurança de transações;
- **Inovação organizacional:** redes colaborativas entre destinos, parcerias público-privadas, plataformas de economia compartilhada;
- **Inovação social:** inclusão de comunidades tradicionais, turismo de base comunitária, empreendedorismo local.

Já a **inteligência turística** refere-se à coleta, análise e uso estratégico de dados para subsidiar decisões públicas e privadas. Com base em tecnologias como **big data**, **sensores urbanos**, **redes sociais** e **georreferenciamento**, os gestores podem monitorar fluxos turísticos, prever demandas, avaliar impactos e ajustar políticas em tempo real.

O conceito de **Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs)**, promovido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), sintetiza essa abordagem ao integrar tecnologia, governança, sustentabilidade e acessibilidade. Cidades como Barcelona, Medellín e Curitiba têm se destacado na adoção de soluções inteligentes para o turismo urbano.

No Brasil, o Ministério do Turismo tem promovido editais e estudos para estimular a digitalização do setor, mas ainda há desafios de conectividade, qualificação técnica e integração de sistemas entre esferas governamentais.

Tendências nas Políticas Públicas Pós-Pandemia

A pandemia de COVID-19 impôs um choque sem precedentes ao turismo mundial. A paralisação das atividades, o fechamento de fronteiras e as restrições sanitárias obrigaram o setor a repensar seus fundamentos. O pós-pandemia trouxe algumas **tendências marcantes** nas políticas públicas:

1. **Prioridade à segurança sanitária:** Criação de selos de biossegurança, protocolos para meios de hospedagem, capacitação para trabalhadores e exigência de infraestrutura básica de saúde em destinos turísticos.
2. **Redescoberta do turismo interno:** Incentivo a viagens de curta distância, turismo rural e de natureza, com campanhas de valorização dos atrativos locais e regionais.
3. **Fomento à inovação e digitalização:** Ampliação do apoio à tecnologia e à transformação digital dos negócios e da gestão pública.
4. **Valorização da sustentabilidade:** Incorporação de princípios ambientais e sociais nos programas de financiamento, fomento a iniciativas de baixo impacto e articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
5. **Descentralização da gestão:** Fortalecimento dos municípios, conselhos de turismo e instâncias de governança regional para tomada de decisões mais próximas das realidades locais.
6. **Apoio à recuperação econômica:** Criação de linhas de crédito emergenciais, programas de retomada e auxílio a micro e pequenos empreendedores do setor turístico.

No Brasil, o **Plano Nacional de Turismo 2023–2027** incorporou essas diretrizes ao propor ações que fortalecem destinos turísticos sustentáveis, acessíveis e resilientes, com ênfase em inovação, inteligência e inclusão.

Considerações Finais

O futuro do turismo dependerá da capacidade do setor de enfrentar desafios interligados: **mudanças sociais aceleradas, transformações tecnológicas profundas, crises ambientais crescentes e lições aprendidas com a pandemia**. Nesse contexto, as políticas públicas precisam deixar de ser reativas e fragmentadas para se tornarem **estratégicas, colaborativas, baseadas em dados e orientadas para a sustentabilidade**.

A **inovação** e a **inteligência turística** serão elementos-chave na construção de um setor mais preparado, diversificado e centrado no bem-estar das pessoas e na proteção do planeta. Para isso, é essencial investir em governança intersetorial, qualificação profissional, digitalização e financiamento responsável.

As perspectivas são promissoras, desde que o planejamento esteja ancorado na realidade dos territórios, nos direitos das comunidades locais e nas transformações do século XXI.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2023–2027**. Brasília: MTur, 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Managing Tourism in Crises**. Madrid: UNWTO, 2021.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento e desenvolvimento do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- FURTADO, Carlos. **Turismo, Inovação e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Turismo pós-pandemia: cenários e tendências**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.
- LAGE, Beatriz Helena; MILONE, Paulo. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Campinas: Papirus, 2001.